

O projeto de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa

Cláudia Rodrigues Carvalho, arquiteta da Fundação Casa de Rui Barbosa e coordenadora do plano de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa

A NOSSA APRESENTAÇÃO NESTA JORNADA MUSEOLÓGICA é um recorte no Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa e o que trataremos aqui está dividido em dois momentos: num primeiro momento, discutiremos o embasamento teórico do projeto, apresentando algumas definições, de uma maneira bastante simplificada, mas com o objetivo de esclarecer algumas diretrizes que estamos adotando; num segundo momento, falaremos sobre a metodologia que elaboramos para o desenvolvimento do trabalho.

Preferimos, neste momento em que o trabalho está sendo apresentado ao público pela primeira vez, discutir os caminhos que percorremos até a formulação de uma proposta de trabalho interdisciplinar, sublinhando as vantagens e as dificuldades que encontramos.

Cabe registrar que a elaboração do Plano teve início em 1997 e vem se desenvolvendo em conjunto com as demais atividades que os técnicos envolvidos desempenham na Casa. No entanto, já existem alguns resultados, que também serão comentados, para exemplificar as etapas já percorridas.

1. **Fundamentação teórica do Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa**

Durante o Curso Regional de Programação da Conservação Preventiva em Instituições, promovido pelo ICOM, realizado em Havana em setembro de 2000, foi elaborada pelos participantes a seguinte definição de Plano de Conservação Preventiva: “É a concepção, coordenação e execução de um conjunto de estratégias sistemáticas organizadas no tempo e espaço, desenvolvidas por uma equipe interdisciplinar com o consenso da comunidade a fim de preservar, resguardar e difundir a memória coletiva no presente e projetá-la para o futuro para reforçar a sua identidade cultural e elevar a qualidade de vida.”

Tomamos esta definição como ponto de partida para algumas considerações que desejamos fazer. A primeira delas refere-se à questão da terminologia, pois, neste caso, a terminologia está associada a uma mudança de comportamento na gestão do patrimônio cultural nas últimas décadas.

A preservação do patrimônio cultural está relacionada com diversas ações, entre elas a conservação e a restauração. Estes dois termos caracterizam dois tipos de intervenção com objetivos bem distintos e cuja definição vem sendo amplamente debatida de forma a se estabelecer um consenso entre os profissionais da área.

Desta forma, utilizando as definições propostas por Gael de Guichen em seu artigo intitulado *A conservação preventiva: simples maneira ou modificação profunda?*¹, temos:

Conservação: Toda intervenção humana direta ou indireta que tem por objetivo aumentar a expectativa de vida de coleções com ou sem problemas de conservação, como por exemplo desacidificar documentos gráficos, desumidificar as reservas de

¹ Guichen, G. La conservation préventive: simple mode ou changement profond? *Museum International*, nº. 201, volume 51, nº. 1, 1999. Paris: UNESCO, 1999

coleções com suporte em metal, atenuar a iluminação de uma exposição temporária de tapeçaria, etc.

Restauração: Toda intervenção humana direta que tem por objetivo restituir o aspecto original de um objeto da coleção danificado, como por exemplo esculpir um dedo que falta numa estátua, remover uma camada de pintura superposta numa tela ou colar uma cerâmica quebrada.

Conservação curativa: Aplica-se a um elemento do patrimônio em vias de desaparecimento devido à ação de um agente ativo de deterioração presente neste elemento, como por exemplo insetos na madeira ou fungos no papel.

Conservação preventiva: Aplica-se a todos os elementos do patrimônio, em situação de deterioração ativa ou não, visando a protegê-los de qualquer agressão natural ou humana.

Por outro lado, pode-se também entender que a conservação preventiva é uma resposta da profissão às profundas modificações por que tem passado o ambiente e o patrimônio nos últimos tempos. As modificações de uso dos edifícios históricos, as variações do sistema de propriedade das coleções, as mudanças das condições ambientais do entorno interferem de tal modo no estado de conservação das coleções, que qualquer política de preservação do patrimônio cultural que desconsidere esta interferência está fadada ao fracasso dos seus principais objetivos.

Sendo assim, nos parece que a questão da conservação preventiva pressupõe uma alteração de estado de espírito. Sem esta alteração dificilmente os conceitos serão assimilados pelos profissionais envolvidos com as coleções. Como já foi dito várias vezes, por vários autores, torna-se necessária uma ampliação do horizonte de trabalho desses profissionais: aquela atenção que era voltada inicialmente para o objeto deve passar para a coleção como um todo; da sala de exposição para o edifício onde ela se localiza; do indivíduo que restaura uma peça para a equipe capaz de estabelecer estratégias de

preservação da coleção; da discussão das técnicas e procedimentos de intervenção dentro de uma mesma categoria profissional para uma comunicação com o público em geral; do como para o porquê.

Esta alteração do estado de espírito não é uma coisa que se possa alcançar da noite para o dia, nem mesmo sem se traçar uma estratégia para introduzir a conservação preventiva como uma rotina essencial para o funcionamento dos museus. Esta estratégia envolve necessariamente formação: todo o pessoal envolvido precisa ter noções de conservação preventiva; organização: postos específicos ou responsabilidades complementares deverão ser corretamente atribuídas; planejamento: linhas orçamentárias deverão ser criadas com este fim específico; e difusão: o público deve tornar-se um parceiro das instituições para a conservação preventiva de suas coleções, devendo ser conscientizado dos problemas e das necessidades, o que permitirá novas condições de acesso às coleções.

Somente após ultrapassar estas etapas é que um plano geral de conservação preventiva pode realmente ser implantado numa instituição.

1.1 Conservação preventiva em museus

Quando falamos de conservação preventiva em museus temos três alvos: o edifício, a coleção e o público.

Objetos num museu são afetados pelas condições de guarda e exposição. Condições ambientais inadequadas também são causas de sérios danos. Um dos principais aspectos para a sobrevivência de uma coleção é a manutenção das áreas de exposição e guarda em condições ambientais estáveis. Para isso é vital que o edifício que abriga coleções apresente um bom estado de conservação e manutenção. Por outro lado, há uma complexa interdependência entre os fatores envolvidos; entre eles, talvez o mais importante seja a compatibilidade entre as condições ambientais favoráveis para a preservação da coleção e as condições de conforto humano necessárias para garantir o

acesso do público. Um plano de conservação preventiva para um museu deve buscar o equilíbrio entre estas demandas, e é justamente a capacidade de negociação da equipe envolvida que garante o seu sucesso.

Estes alvos devem ser mirados através de lentes, e as lentes essenciais ao nosso ver são: o contexto institucional, os recursos financeiros e a equipe técnica.

A conservação preventiva em museus não pode estar dissociada de dois aspectos fundamentais: o técnico e o organizacional. As coleções não existem isoladamente, normalmente estão condicionadas por um contexto institucional. As informações técnicas propiciam a criação de um ambiente físico capaz de reduzir a deterioração nas coleções; no entanto, a implantação das intervenções necessárias para obtenção deste ambiente é uma ação administrativa. Desta forma, se pensarmos ao contrário, intervenções que propiciem melhorias para a administração do museu podem gerar problemas para a conservação da coleção. Assim é que não existe um plano de conservação preventiva sem a participação de todo o *staff* do museu e da instituição.

O confronto das diferentes idéias sobre o uso das coleções é que permitirá uma discussão mais ampla e complexa sobre os problemas e, conseqüentemente, as respostas para as questões de o que fazer, e como, serão mais abrangentes e suas ações mais efetivas para a preservação da coleção. A interatividade é fundamental para desmontar eventuais torres de marfim e ampliar a sensibilidade da equipe para todos os problemas que afetam a conservação, desde o planejamento da visita até a rotina de limpeza e manutenção, incluindo a programação de obras de restauração e políticas administrativas para obtenção de recursos financeiros e definição de prioridades de aplicação destes recursos. Além do manejo ambiental, que é uma ação técnica, é, portanto, fundamental o manejo dos recursos humanos, dentro do contexto institucional, para que a conservação preventiva se torne uma responsabilidade compartilhada.

Sob a lente dos recursos financeiros há que se ter sempre clara a relação custo/benefício durante a implantação de um plano de conservação preventiva 5 num museu. A realidade econômica que nos rodeia nos leva a refletir sobre a crescente redução dos recursos públicos para a preservação do patrimônio cultural e o aumento da necessidade de disputar os recursos dos agentes financiadores privados.

Um plano de conservação preventiva pode traduzir de forma bastante simples para os financiadores que o investimento que está se realizando no tratamento da causa dos danos à coleção, embora em muitos casos chegue a valores muito altos, representa uma economia em intervenção para tratamento dos danos, a curto prazo. A longo prazo, um efetivo plano de conservação preventiva pode representar uma significativa contribuição para a sustentabilidade da preservação, uma vez que as soluções para os problemas, discutidas em equipe, devem ser eficazes também no que se refere à previsão orçamentária para implantação e manutenção das ações necessárias.

Sob a lente da equipe técnica, há que se lembrar que o desenvolvimento da ciência da conservação já apontou que a conservação não é mais um assunto restrito a conservadores. Arquitetos, engenheiros, químicos, físicos, biólogos, administradores e tantos outros ramos da atividade humana vêm ocupando, a cada projeto, novos espaços nas questões da preservação do patrimônio cultural.

Numa instituição, diversas pessoas estão envolvidas com as coleções, como dissemos anteriormente e, desta forma, além de competência técnica, é fundamental que a equipe encarregada da implantação de um plano de conservação preventiva desenvolva capacidade de trabalho em equipe, combinando experiência técnica, científica, de gerenciamento e de comunicação, como destacou May Cassar na sua palestra sobre Interdisciplinaridade em Conservação Preventiva, apresentada no último Congresso da ABRACOR.

Ainda segundo May Cassar, os benefícios da interdisciplinaridade na conservação preventiva são muitos, “encorajando a interdependência e aumentando o envolvimento de cada profissional”.

Por outro lado, mudanças normalmente significam ameaças ao trabalho individual de cada profissional, e a presença de uma ameaça normalmente gera reações que tentam impedir a realização destas mudanças. Conforme dissemos anteriormente, se considerarmos que a implantação de um plano de conservação preventiva significa uma mudança de estado de espírito, tanto mais produtivo será o trabalho quanto mais pessoas estiverem informadas e envolvidas no processo.

E o público? Sem o público um museu não tem sentido. Na melhor das hipóteses pode se transformar num belo depósito onde os tesouros que guarda estão protegidos das ameaças do mundo, ou, na pior das hipóteses, falir e fechar. E não há dano pior para uma coleção do que ser dispersada após o fechamento de um museu. O incremento da visitação melhora a imagem do museu e amplia suas possibilidades de sobrevivência, contribuindo diretamente para a sobrevivência da coleção. Mas sem a correta informação, o público pode se tornar uma ameaça à coleção, e da mesma forma há que planejar e negociar um equilíbrio entre a preservação da coleção e o seu acesso.

Ainda em relação ao público, a comunicação e a informação sobre as necessidades de conservação preventiva têm sido amplamente utilizadas para integrá-lo no processo. Soma-se a isto o fato da importância da opinião pública para validar as ações empreendidas.

Expostas de modo simples e esquemático a abrangência e as necessidades de um plano de conservação preventiva, apresentamos a seguir o desenvolvimento do Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa.

Os objetivos específicos do Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa são:

- **Incrementar e ampliar as ações de preservação do patrimônio**

O Museu Casa de Rui Barbosa é uma construção datada de 1850, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938. A Casa vem sofrendo inúmeras intervenções para sua preservação desde 1924, quando foi adquirida pelo Governo Federal. O Museu abriga um acervo muito importante, com aproximadamente 1.200 peças, entre elas mobiliário, objetos decorativos e de uso pessoal, quadros, viaturas, e ainda uma biblioteca com 37 mil volumes. Na verdade, embora o seu estado de conservação seja bastante razoável, é muito constante a reincidência de serviços de restauração, tanto no imóvel quanto em algumas peças do acervo. Nossa intenção sempre foi reduzir a necessidade de intervenções restauradoras e ampliar as nossas possibilidades de preservação.

- **Identificar as necessidades da instituição**

Temos utilizado muitos instrumentos para identificar as nossas necessidades reuniões com os diversos setores envolvidos com a preservação do museu, discussões com técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pesquisas, levantamentos, consultorias, e também, desde o início, buscamos parceria com outros museus. Em 1998, uma das primeiras etapas deste projeto consistiu em promover a discussão com outros profissionais sobre questões relacionadas à conservação, durante o III Seminário sobre Museus-Casas, cujo tema foi a conservação.

- **Definir estratégias**

Temos efetuado não só a definição de novas estratégias, mas também a revisão de várias ações que há muito tempo vêm sendo desenvolvidas para a preservação do Museu Casa de Rui Barbosa. No entanto, a principal estratégia do plano para conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa é o estabelecimento de um gerenciamento ambiental, que detalharemos mais à frente.

- **Priorizar intervenções**

A partir desta semana, o Museu estará completamente fechado à visitação pública por conta das obras que estão se realizando para recuperação do telhado. Esta é uma grande intervenção, que tem como objetivo proteger o edifício da umidade descendente.

Embora houvesse alguns pontos de infiltração, a execução da obra na sua totalidade é uma medida preventiva, e a opção por realizá-la em detrimento de outros serviços resultou das discussões que tivemos no âmbito do plano de conservação preventiva do museu.

- **Desenvolver pesquisas**

Existe um plano de pesquisas em desenvolvimento e detalhamento, mas neste momento encontram-se em andamento os seguintes trabalhos:

No museu, as pesquisas em andamento referem-se a procedimentos para o tratamento e a conservação de peças do acervo, e pretende-se com o resultado desta pesquisa estabelecer uma política interna de manutenção, bem como a publicação de um manual de conservação específico para museus-casas.

No Laboratório de Preservação, a técnica Maria Cristina Jolly está desenvolvendo uma pesquisa de materiais para criação de uma embalagem para livros à prova de tempo.

Na Assessoria de Arquitetura, sob a nossa coordenação, está sendo feito um levantamento das intervenções para restauração do edifício realizadas a partir de 1928, no sentido de se obter uma avaliação quantitativa das obras realizadas, com o objetivo de identificar possíveis vulnerabilidades da construção que afetam a sua conservação. Ainda em relação ao edifício, no âmbito da consultoria que vem sendo prestada pelo CECOR da UFMG, iniciamos a análise das argamassas da construção, que vêm sofrendo a ação da umidade por capilaridade, combinada com a de outros agentes ambientais.

- **Criar um centro de referência para conservação preventiva em Museus-Casas**

A criação de um centro de referência para conservação preventiva em museus-casas é uma necessidade que constatamos durante o desenvolvimento do trabalho. Desde o início sabíamos da especificidade do nosso trabalho. Sem precisar refletir muito, um museu-casa localizado num prédio histórico é uma camisa de força dupla no que se refere, por exemplo, à implantação de controle ambiental. Via de regra, para implantação de uma estratégia de controle ambiental, após uma análise da estrutura da construção, são propostas alterações que visam a melhorar o desempenho do envelope em relação às variações climáticas exteriores, solução que no nosso caso é muito restrita, já que o edifício, patrimônio nacional, está sujeito a uma rígida política de preservação arquitetônica. Por outro lado, outra alternativa de manejo ambiental consiste em avaliar o desempenho climático das várias partes da construção para identificar locais menos quentes e menos úmidos, que permitam um controle mais eficaz do ambiente para localizar peças mais sensíveis do acervo. No caso de um museu-casa não podemos transferir o quarto para a biblioteca, muito menos o gabinete de trabalho para a sala de almoço. Os “usos” dos compartimentos estão definidos, e esta definição faz parte da história que estamos preservando.

Há também um outro aspecto que gostaria de salientar no que se refere ao uso do imóvel. A questão da preservação de um edifício histórico sempre esbarra na adequação ao novo uso ou na transformação de uso, e se faz sentir em maior ou menor escala, dependendo da situação. A mudança de uso num museu-casa é muito sutil, basicamente as características arquitetônicas originais são mantidas, assim como o seu interior. No entanto, ao deixar de ser uma casa e se transformar num museu, mesmo sem alterações das suas características físicas, as rotinas de funcionamento são muito diferentes, e é preciso estar muito atento para perceber os problemas que esta modificação está causando ao acervo, até porque o efeito pode permanecer invisível por um bom tempo.

É intenção da equipe que um trabalho com esta especificidade possa ser compartilhado com outras instituições similares, uma vez que as contribuições de cada situação poderão levar à adoção de soluções muito mais adequadas.

Considerando os objetivos acima, o Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa será desenvolvido de acordo com as seguintes etapas:

- elaboração de um diagnóstico de conservação, identificando os problemas e ações necessárias para sua correção;
- elaboração dos projetos executivos para as intervenções necessárias e sua implementação;
- elaboração do “plano de manutenção” como instrumento para evitar o risco de nova deterioração, concebido como uma extensão natural dos tratamentos implementados na etapa anterior;
- treinamento da equipe de manutenção do museu e difusão dos resultados para outras instituições interessadas.

Cabe ressaltar que um trabalho desta natureza não se desenvolve de forma linear, pois sempre ocorrem imprevistos e situações de emergência que precisamos priorizar e administrar no decorrer do processo.

O passo inicial essencial para o estabelecimento de qualquer estratégia de conservação preventiva é a elaboração do diagnóstico de conservação. Tal diagnóstico deve focar o ambiente do museu num sentido bem amplo, levando em conta aspectos físicos e organizacionais do museu. O ambiente físico se constitui pelas condições nas quais as coleções estão armazenadas, expostas ou em uso. O ambiente organizacional inclui a missão do museu, suas funções, recursos e atividades institucionais. Esses ambientes são interdependentes e influenciam na preservação das coleções.

Utilizamos como base metodológica para definição das etapas de consecução do nosso diagnóstico de conservação o manual desenvolvido por Kathleen Dardes, do Getty Conservation Institute. A metodologia proposta reflete a complexa interrelação entre a sensibilidade da coleção, o desempenho da edificação, os riscos do ambiente, do uso da

coleção e do edifício e os riscos das políticas e práticas relacionadas ao gerenciamento, operações e visitação.

Desta forma a elaboração do diagnóstico de conservação compreende as seguintes etapas:

- Reuniões gerais da equipe
- Visitas técnicas ao museu, sala por sala
- Levantamento fotográfico
- Elaboração de fichas de compartimento
- Elaboração do mapeamento de conservação
- Definição do monitoramento ambiental: equipamentos e sistema de
- gerenciamento
- Relatório final

Temos tentado transformar o diagnóstico num sistema de conhecimento para outras pessoas que venham trabalhar com o museu. Esta proposta se reflete na criação de uma ficha de compartimento que sirva de instrumento de trabalho no futuro, uma vez que ela contém algumas perguntas cujas respostas só podem ser obtidas se as pessoas olharem para determinadas questões relevantes para avaliar o ambiente da coleção. Trata-se também, em última análise, de educar o olhar no sentido de fazer um diagnóstico em função desse olhar, porque nos parece que a questão da conservação envolve um senso crítico que o profissional precisa desenvolver. No nosso entendimento, este profissional precisa estar em campo desenvolvendo uma sensibilidade através do olhar, em vez de se especializar somente na face técnica que envolve a questão.

A ficha de compartimento é, portanto, um formulário onde ficam registradas informações referentes ao espaço arquitetônico, às condições ambientais, ao tipo de coleção, ao uso, à acessibilidade e ao sistema de segurança, entre outras.

A nossa maior preocupação no desenvolvimento deste trabalho tem sido criar condições de sustentabilidade para sua continuidade. Entendemos que, além de tentar envolver o maior número de pessoas com o que estamos fazendo, precisamos criar alguns mecanismos que sirvam como instrumentos de trabalho de toda a equipe do museu.

A partir dessa ficha, passamos para o mapeamento da conservação, que acho que seja um ponto de interesse do trabalho. Temos dois tipos de objetos principais: os orgânicos – couro, têxteis, papel de origem animal – e os inorgânicos – metais, vidros, cerâmicas, de origem mineral, que são menos sensíveis à qualidade do ambiente. No mapeamento da conservação, tentamos estabelecer, de maneira gráfica, quais são as áreas em que o acervo apresenta os piores problemas ou, melhor dizendo, a maior vulnerabilidade. Isso porque, na verdade, como falei no início, o Plano de Conservação Preventiva visa a proteger o acervo em bom estado ou em mau estado. O mapeamento da conservação, na verdade, define as áreas de vulnerabilidade na instituição, às quais devem ser dispensadas maior atenção.

No nosso caso, a Sala Constituição parece ser o local mais vulnerável, assim como todas as salas complementares a ela que guardam o acervo com suporte em papel. Além de abrigarem todo o acervo delicado de origem orgânica, a situação na construção é muito ruim em função da insolação. A partir destas conclusões foi possível definir as necessidades de monitoramento.

O que gostaria de frisar é que o monitoramento é uma ferramenta de validação de uma determinada hipótese. No nosso caso, o monitoramento que estamos realizando é de diagnóstico e de validação e rendimento. Porque precisamos comprovar algumas hipóteses sobre o comportamento térmico do edifício e identificar a situação na qual a coleção vem se aclimatando ao longo desse tempo.

O monitoramento das condições ambientais se tornou uma espécie de mania nos museus e edifícios históricos. Na realidade, toda a parafernália disponível em sistemas de monitoramento atual, entre eles gráficos, computadores, sensores eletrônicos, é mais atraente do que um diagnóstico baseado no sentido comum, na observação, na investigação e na análise minuciosa do próprio edifício.

Mas, na realidade, o monitoramento é uma ferramenta para a observação mais detalhada de um problema ou de uma condição. Desta forma, realizamos um planejamento para o monitoramento, baseado nos levantamentos anteriores, bem como levantamentos dos sistemas disponíveis e pesquisas com outras instituições que estão realizando monitoramento.

O sistema de monitoramento que utilizamos atende aos requisitos técnicos e também se adequou às condições de aquisição por um órgão público, além de ser compatível com as nossas restrições orçamentárias. Estamos trabalhando com o Climus, desenvolvido pelo professor Saulo Güths, da Universidade Federal de Santa Catarina.

O que gostaria de deixar claro é que um projeto desse tipo não é simples de ser implantado, mas, uma vez que se começa, fica-se muito instigado a continuar, porque é um trabalho que, embora pareça muito técnico – colocar monitores, sensores, avaliar temperatura e mexer com gráficos –, é também criativo.

Por último, gostaria de lembrar que o edifício e a coleção detêm a verdade do que se precisa fazer, e que é muito complicado tentar trabalhar com a bibliografia que existe nessa área, pois é uma bibliografia relativa ao hemisfério norte. Por isso, acredito que precisamos desenvolver uma visão mais regional, mais específica para nossas coleções, o que é perfeitamente possível.